



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados leitores,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. ("Camil" e "Companhia"), relativas aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2023 ("2022") e 28 de fevereiro de 2022 ("2021"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "CAML3", o mais alto nível de governança da B3. A Camil Alimentos é uma multinacional de origem brasileira que se destaca como plataforma de alimentos multicategoria na América Latina. Os negócios da Companhia são voltados para o beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado que contemplam produtos nas categorias de grãos, adoçantes, pescados enlatados (sardinha e atum), massas, café, biscoitos, produtos saudáveis, dentre outros alimentos, segregados em dois segmentos: Brasil e Internacional, com presença no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963 no Brasil e, desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e marcas de produtos alimentícios na América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado, incluindo Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel no Brasil, Samaan e La Abundancia no Uruguai, Tucapel no Chile, Costeño no Peru e Rico Arroz no Equador. Além das marcas principais, o portfólio da Companhia contempla diversas outras marcas regionais, com foco em atender diferentes nichos de consumidores nas regiões e países em que atua.

MESSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2022, a Camil registrou uma receita bruta recorde de R\$11,7 bilhões, 15% acima do ano anterior, com um EBITDA de R\$920 milhões, crescimento de 13% e margem de 9% no ano. A Companhia apresentou indicadores recordes que representam um novo patamar, marcado pela concretização de uma estratégia bem-sucedida de expansão por meio de aquisições estratégicas no mercado doméstico e internacional.

No Brasil, agregamos ao nosso portfólio três novas categorias: massas, café e biscoitos. Esse é mais um importante passo para a diversificação da Companhia, com categorias que detêm relevante potencial de crescimento e maior valor agregado. Esse passo consolida a Camil como plataforma de alimentos na América Latina com um mix cada vez maior de produtos e categorias com maior potencial de crescimento e de maior valor agregado.

A operação de massas completou um ano em nosso portfólio, com avanços relevantes: potencializamos as sinergias anunciadas com o plano de integração de Santa Amália, além de atuar com excelente rentabilidade no ano, mesmo diante de um cenário difícil para as operações de trigo no contexto global. Realizamos uma simplificação e reposicionamento do portfólio e, com isso, potencializamos a rentabilidade da categoria dobrando a margem da Santa Amália em apenas um ano. Logo depois da entrada em massas, anunciamos o lançamento de café, com investimento na Café Bom Dia e lançamento do Café União, revitalizando uma das marcas mais tradicionais do Brasil que já foi líder de mercado na categoria. Trabalhamos intensamente para que nossos cafés chegassem às gôndolas em abril de 2022, saindo de zero para um market share de 5% na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Seguimos avançando nosso crescimento com lançamento de novos produtos para potencializar o ganho de escala em café. E claro, não podemos deixar de destacar a nossa mais recente aquisição: a entrada da Companhia em biscoitos com a marca Mabel e licenciamento da marca Toddy para cookies. A entrada em biscoitos reforça a presença da Camil no centro-oeste, nordeste e sudeste do Brasil, além de contemplar sinergias de suprimentos, comercial e de despesas gerais e administrativas.

No internacional, anunciamos nossa entrada no mercado equatoriano de arroz, com a aquisição da Dajahu, líder no segmento de arroz envelhecido no país com market share significativo e elevado potencial de crescimento. Também concluímos a aquisição da Silcom no Uruguai, aumentando nossa participação no mercado interno uruguaio com posição de relevância na categoria de produtos saudáveis no país, atendendo uma demanda crescente em hábitos de consumo e representando nosso primeiro passo de expansão internacional de novas categorias no internacional.

Todas as aquisições e seus excelentes resultados esse ano com integrações rápidas e eficientes reforçam nosso espírito empreendedor, com foco no crescimento estratégico através da soma de sinergias entre categorias. Agora, a Companhia está focada na manutenção dos níveis de eficiência, no blend de produtos com foco em maior valor agregado, e na nossa capacidade de potencializar vendas com a estratégia de cross-selling, avançando vendas através das categorias.

Do lado operacional, o segundo semestre de 2022 foi impactado pelos resultados de um cenário econômico desafiador na América Latina, que pressionaram os resultados no setor de varejo alimentar e, consequentemente, impactaram o planejamento operacional de vendas e rentabilidade das categorias de alto giro no Brasil (grãos e açúcar) e as vendas de arroz no Peru e no Chile. Como uma das maiores empresas de alimentos LatAm com marcas relevantes e atendimento a diferentes nichos de consumo no Brasil, conseguimos defender parte desses efeitos nos resultados. Estamos com ações internas focadas no incremento de vendas e melhoria de processos, impulsionando junto com o crescimento de vendas do alto valor, a nossa expansão de forma sustentável.

Com um ano marcado por aquisições e nossa expansão em novas categorias e países, a Camil hoje movimenta uma cadeia ainda maior de stakeholders e parceiros, e temos ciência da nossa relevância e responsabilidade na cadeia. Por isso, continuamos trabalhando em nossas ações de ESG - que andam de mãos dadas com nossa estratégia de crescimento e rentabilidade. Nossas ações estão atreladas aos pilares estratégicos da Camil e são focadas nos temas materiais, focadas em iniciativas relevantes para nosso crescimento e para reduzir riscos na operação. Toda a diretoria da Camil possui metas ESG atreladas à remuneração variável, e seguimos com grupos de trabalho de equipes multidisciplinares que concretizam as ações e prestam contas para o Comitê de ESG e Ética. Para maiores informações, apresentamos em detalhes nossas ações no relatório de sustentabilidade, disponível na seção de ESG do site de Relações com Investidores.

Diante de um contexto macro desafiador e os desafios impostos pelas aquisições no último exercício, gostaríamos de agradecer nesse ano especialmente ao nosso time de colaboradores Camil pela dedicação, assim como pela confiança de nossos conselheiros, acionistas, parceiros, clientes e consumidores. Com uma robusta plataforma de marcas fortes, posicionamento de liderança, e know-how de mercado, iniciamos um novo ciclo, reforçando a nossa responsabilidade e agilidade cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho para antecipar tendências e fortalecer nossa posição de consolidador no setor de alimentos da América do Sul.

Luciano Quartiero
Diretor Presidente

Flávio Vargas
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

EVENTOS RECENTES

• Fevereiro-2023: Pagamento de Juros sobre Capital Próprio

Em fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$25 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,07 por ação, com pagamento realizado no dia 3/mar/2023. Durante o exercício de 2022, foram aprovados os pagamentos de R\$130 milhões em proventos aos acionistas, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,37 por ação.

• Janeiro-2023: Aprovação do novo Programa de Recompra (8°) e Cancelamento de Ações em Tesouraria

Em janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações. O programa autoriza a recompra de até 9 milhões de ações no prazo de 18 meses. Além disso, foi aprovado o cancelamento de 10 milhões de ações em tesouraria. Após o cancelamento, o total de ações ordinárias de emissão da Companhia atual é de 350.000.000 de ações.

• Dezembro-2022: Encerramento do 7º Programa de Recompra

Em dezembro de 2022, a Camil comunicou o encerramento do seu 7º Programa de Recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022, por meio do qual foram adquiridas 10.000.000 de ações ordinárias.

• Dezembro-2022: Camil Day

Em dezembro de 2022, a Camil realizou o Camil Day 2022 presencial em São Paulo (SP). O evento contou com mais de 100 participantes e com apresentações dos membros da diretoria da Companhia, abordando temas de eficiência industrial, resultados recentes, e tirando dúvidas do mercado com relação à Camil e ao setor. A apresentação do evento está disponível na CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia.

• Novembro-2022: Conclusão da aquisição da Mabel e licenciamento da marca Toddy para cookies

Em novembro de 2022, a Camil concluiu a operação que resultou na aquisição da CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. ("Mabel"), marcando a entrada na categoria de biscoitos no Brasil. A Mabel atua no segmento de biscoitos desde 1953 e conta com as plantas industriais em Aparecida de Goiânia (GO) e Itaporanga D'Ajuda (SE). A aquisição também incluiu o licenciamento para a Camil da marca "Toddy" para cookies pelo prazo de 10 anos. A aquisição reforça a estratégia de expansão geográfica para crescimento da Camil em regiões complementares às operações atuais, bem como inclui no portfólio produtos de alto valor agregado, com sinergias atreladas ao modelo de negócios de cross-selling e ganhos de escala da Camil, assim como pela complementariedade com os negócios de massas da Companhia.

• Setembro-2022: Informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa

Em setembro de 2022, a Camil publicou seu informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa 2022. Passamos de uma aderência de 81% no informe de 2021, para 85% em 2022, reforçando ainda mais nossa governança, já reconhecida pelo mercado. Para consultar o Informe, acesse o site de Relações com Investidores da Companhia.

• Julho-2022: Relatório de Sustentabilidade

A Companhia publicou seu Relatório de Sustentabilidade, uma ferramenta de fomento à transparência com a qual demonstramos os avanços da Companhia e afirmamos o compromisso com a sustentabilidade de nossas operações. Ao longo do documento, que teve como referência a Global Reporting Initiative (GRI) entre outros principais frameworks globais em sustentabilidade, compartilhamos conquistas e principais ações nos mercados em que atuamos. Para consultar o relatório, acesse a seção de ESG do site de Relações com Investidores da Companhia.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

• Novembro-2022: Prêmio Melhores do Agronegócio: Realizada pelo Globo Rural, a pesquisa avalia e premia empresas de diversos segmentos, com base nos seus resultados financeiros do ano anterior, como receita líquida, endividamento, liquidez e margem – que representam 70% da pontuação –, e indicadores de responsabilidade socioambiental, que têm peso de 30% na nota final. A metodologia é desenvolvida pela Serasa Experian. A Camil foi mais uma vez premiada em primeiro lugar no segmento de Alimentos e Bebidas.

• Outubro-2022: Prêmio Top of Mind Datafolha: A pesquisa premia as marcas mais lembradas pelos brasileiros em diversas categorias de produtos e serviços e é realizada desde 1991. São entrevistados adultos em mais de 170 cidades brasileiras e 50 categorias. Em 2022, mais uma vez Camil recebeu a premiação como marca mais lembrada em Feijão e União como mais lembrada em Açúcar e entre todas as marcas do Sudeste.

• Julho-2022: Institutional Investor - América Latina: Fomos citados novamente pela Institutional Investor na premiação de empresas da América Latina - Executive Team por diversas categorias no âmbito Small Caps - Food & Beverages.

ESG

Durante o exercício de 2022, avançamos com a nossa cultura da sustentabilidade para minimizar riscos e buscar um impacto positivo das nossas operações. Nossa abordagem se concentra na busca de soluções que abordem os desafios reais do nosso contexto, alinhados com nosso propósito de crescimento empresarial. Ao longo do ano, implementamos diversas iniciativas para acelerar nossa agenda ESG, incluindo ações referentes a mudanças climáticas, promoção da inclusão e diversidade, fortalecimento da nossa governança corporativa e fomento da transparência e ética em todas as nossas operações.

Governança Sustentável: A fim de impulsionar a evolução de políticas e práticas relacionadas a tópicos prioritários para a sustentabilidade da Companhia, pelo terceiro ano incluímos metas individuais de ESG para todos os diretores da Camil atreladas à Agenda ESG. No último ciclo, também contamos com encontros envolvendo mais de 80 pessoas no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador que compõem os grupos de trabalho de ESG da Companhia, com equipes multidisciplinares que se concentram nos temas de: (i) Ecológica; (ii) Boas Práticas na Cadeia de Valor; (iii) Responsabilidade Social, com foco em Investimentos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho, e Diversidade e Inclusão; e (iv) Riscos e Compliance e Governança Corporativa. Adicionalmente, conquistamos o Selo WOB (Women on Board) pelo nosso Conselho de Administração.

Ética e Integridade: Em continuidade ao Programa de Integridade, a Camil continuou implementando palestras e treinamentos de temas que envolvem ética e integridade. Em fevereiro de 2022, a Camil realizou treinamentos por consultoria externa especializada com a participação dos colaboradores do time comercial da Camil, seus representantes comerciais, lideranças de Suprimentos, Diretoria, Presidência e membros dos comitês de assessoramento e do Conselho de Administração. Além disso, os colaboradores considerados de maior exposição a riscos de integridade, realizaram treinamentos sobre assuntos como anticorrupção e antissuborno, conflito de interesses, doações e patrocínios, entre outros. Os treinamentos foram concluídos por 98,5% do público-alvo.

Saúde, Segurança e Desenvolvimento do Colaborador: A Camil assume como compromisso a garantia da integridade física e emocional dos colaboradores, consolidando e disseminando a cultura de atenção à saúde e segurança no trabalho. Temos quatro diretores com metas atreladas à redução de acidentes na remuneração variável, sendo um dos valores negociáveis para a Camil. No último ano, a Companhia investiu mais de R\$17 milhões em CAPEX para melhoria da infraestrutura, monitoramento e detecção de riscos relacionada à saúde e segurança do trabalhador. Realizamos o projeto "Projeto Zero Acidente" na unidade de Barra Bonita (açúcar) e registramos a marca de zero das plantas no Brasil com zero acidentes com afastamento. No desenvolvimento de colaboradores e capacitação, em 2022 o Projeto Escola de Formação Camil capacitou 66 pessoas na comunidade de Itaquí em cursos profissionalizantes – essas capacitações são voltadas para especialistas em manutenção mecânica, com certificação, com o objetivo de habilitar a comunidade para o mercado de trabalho e para necessidade de mão de obra especializada para a Camil.

Diversidade e Inclusão: Elaboramos uma Cartilha de Diversidade e Inclusão com o propósito de orientar nossas relações, fundamentada em nossos valores e, sobretudo, no respeito. Com isso, almejamos que todos os colaboradores da Camil compreendam os conceitos e as temáticas relacionadas, visando a construção de um ambiente mais acolhedor, que não tolere preconceitos ou discriminação. O guia foi apresentado e disponibilizado para todos os colaboradores e contou com um treinamento específico dos temas abordados.

Investimento Social: No último ano, o projeto "Escola de Confeitaria e Negócios Doce Futuro União" formou 652 pessoas com o lançamento da versão 2.0 do projeto, que, em parceria com ONGs, oferece curso presencial para confeitaria(s) iniciantes que desejam ampliar o seu negócio ou começar a empreender. Com o objetivo de oferecer capacitação técnica em confeitaria e negócios para as comunidades, o programa é estruturado com conteúdo culinário, empreendedorismo, finanças e marketing. Ao final do curso, os alunos recebem o certificado de conclusão, um kit de confeitaria e uma cesta de produtos União.

Ecoeficiência: Em 2022, a Camil realizou seu primeiro inventário de emissões de GEE no Brasil, o que permitiu que participasse pela primeira vez do CDP - Climate Change. Seus esforços em mudanças climáticas renderam um score "C", posicionando a empresa entre aquelas conscientes de como suas operações impactam o ecossistema e as pessoas. No último ano safra, a Camil alcançou 99% do consumo das unidades no Sul operando com energia renovável, através do mercado livre ou de geração própria. A geração de energia renovável na Camil se dá através de processos termoeletrônicos oriundos da casca do arroz. No último ano, geramos 40% da energia consumida, através do consumo de 96.883,54 toneladas de casca de arroz.

Quer saber mais sobre as iniciativas de ESG?
Acesse a seção de ESG do site de Relações com Investidores da Camil.

MARCAS E LANÇAMENTOS

Reforçar a conexão com nossos consumidores através de serviços de valor agregado e campanhas que contribuem para a diferenciação dos nossos produtos é uma prioridade para a Camil, construindo marcas fortes e renomadas. Essa estratégia nos permite capturar um prêmio de marca nos mercados de atuação e é um importante pilar na geração de valor da Companhia no longo prazo.

Arroz e Feijão Camil é a Base do Brasil: a nova campanha de Camil manteve grande visibilidade neste trimestre com veiculação de patrocínios em TV aberta no interior de São Paulo, Norte e Nordeste, conteúdo no digital, conteúdo em influenciadores, bem como veiculação em rádio e em cinema. Também fechamos o patrocínio **Master da Taça das Favelas**, que garantiu a presença e destaque da marca nas divulgações do campeonato (redes sociais, imprensa, rádios locais, carro de som e outdoors) e na transmissão ao vivo feita pela rede Globo das finais feminina e masculina, fazendo a marca presente no futebol de base também. Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Camil? Acesse o site da marca Camil.

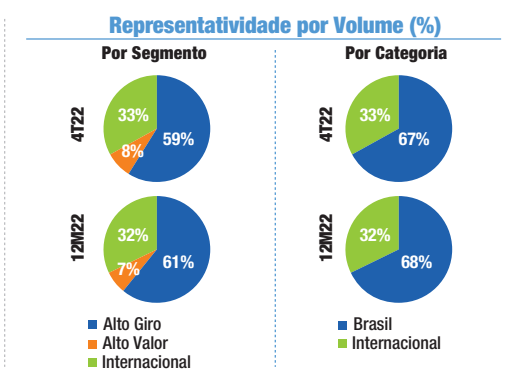
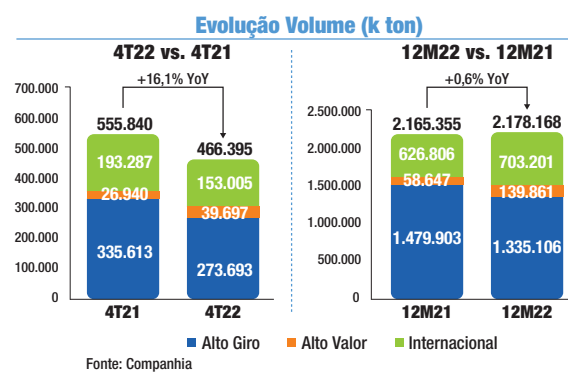


Massa Santa Amália, Suculenta Todo o Dia: com o conceito *Suculenta Todo o Dia*, elevando o consumo da marca para o dia a dia das pessoas, Santa Amália segue com ativações de sua campanha e retomada de investimento na marca contando com forte presença digital em mídias e redes sociais, com veiculação dos filmes e receitas especiais como sustentação ao plano de comunicação lançado em junho de 2022, além de ações especiais como a comemoração do Dia do Macarrão no mês outubro que contou com a participação do Chef Caio Solar, realizando receitas inovadoras de massas com a valorização de ingredientes especiais da culinária Mineira. Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Santa Amália? Acesse o site da marca Santa Amália.



União, Sabor que Transforma: em sua estreia em cafés, União apresenta a campanha de comunicação sob o conceito "Sabor que transforma Café em União" com filme comercial que traz o sabor do Café União como o protagonista capaz de unir as pessoas com seu sabor transformador. A campanha tem foco em SP e RJ e está sendo veiculada nas redes sociais de União, principais plataformas online, em parceria com influenciadores e com conteúdos proprietários, mobiliário urbano, elevadores residenciais e cinema. Quer saber mais sobre as iniciativas da marca União? Acesse o site da marca União.

DESEMPENHO OPERACIONAL



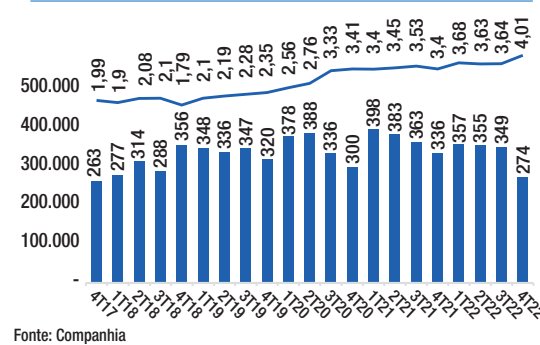
Crescimento do volume de vendas consolidado no acumulado do ano (+0,6% YoY), impulsionado pela entrada em novas categorias de alto valor e crescimento do volume internacional. **Redução no volume consolidado do trimestre (-16,1% YoY)**, impulsionado pela desaceleração de vendas ao varejo no período, principalmente das categorias de alto giro (-18,5% YoY), parcialmente compensado pelo crescimento e entrada de novas categorias de alto valor (+47,2% YoY).

ALTO GIRO

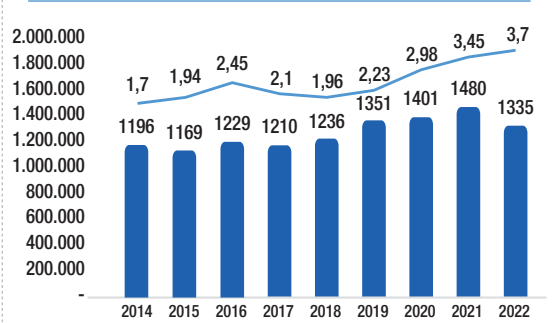


- **Volume:** 273,7 mil tons (-18,5% YoY) no 4T22 e 1,3 milhão de tons (-9,8% YoY) em 2022;
- **Preço bruto:** R\$4,64/kg (+19,6% YoY) no 4T22 e R\$4,29/kg (+10,9% YoY) em 2022;
- **Preço líquido:** R\$4,01/kg (+18,0% YoY) no 4T22 e R\$3,70/kg (+7,4% YoY) em 2022;
- **Mix de vendas:** redução do volume de vendas de grãos e açúcar, impactado pela redução temporária de compras pelos varejistas durante o segundo semestre de 2022 – impacto nas marcas líderes e marcas de ocupação, principalmente em açúcar;
- **Mercado:** Arroz: R\$89,62/saca (+37,3% YoY) no 4T22 e R\$79,36 (+7,4% YoY) em 2022; Feijão: R\$357,80/saca (+37,8% YoY) no 4T22 e R\$322,22 (+22,0% YoY) em 2022; Açúcar: R\$135,06/saca (-10,2% YoY) no 4T22 e R\$132,02 (-0,1% YoY) em 2022.

Alto Giro - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Alto Giro - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)

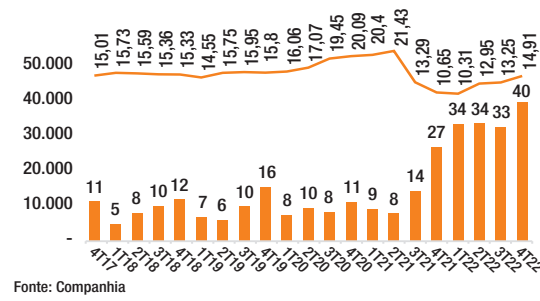


ALTO VALOR

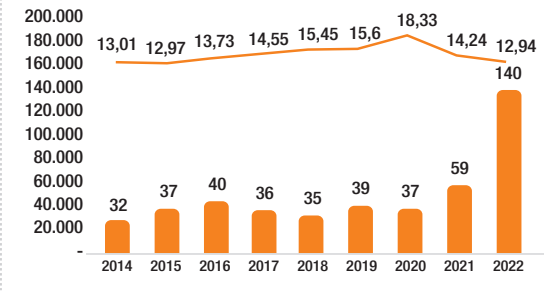


- **Volume:** 39,7 mil tons (+47,2% YoY) no 4T22 e 139,9 mil tons (+138,4% YoY) em 2022;
- **Preço bruto:** R\$18,36/kg (+34,5% YoY) no 4T22 e R\$15,51/kg (-14,4% YoY) em 2022;
- **Preço líquido:** R\$14,91/kg (+40,0% YoY) no 4T22 e R\$12,94/kg (-9,5% YoY) em 2022;
- **Mix de vendas:** volume impactado pelo crescimento de vendas de pescados e impulsionado pela entrada em café e biscoitos;
- **Mercado:** Trigo: R\$1.706,32/ton (+1,5% YoY) no 4T22 e R\$1.883,80 (+16,8% YoY) em 2022; Café: R\$1.050,39/ton (-28,7% YoY) no 4T22 e R\$1.191,46 (+8,5% YoY) em 2022.

Alto Valor - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



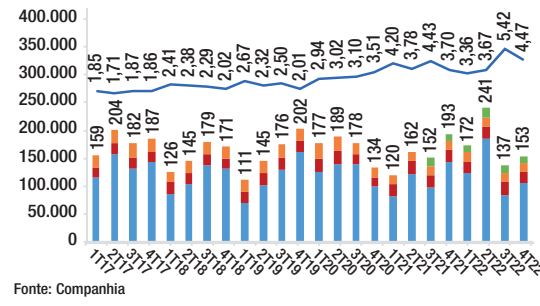
Alto Valor - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



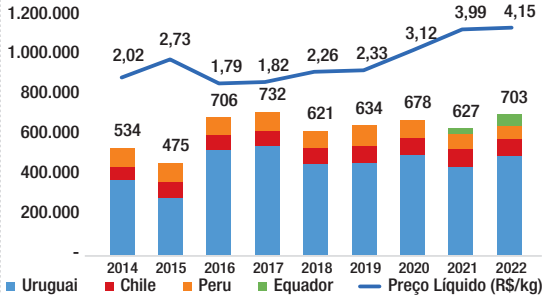
INTERNACIONAL

No segmento internacional, o volume de vendas atingiu 153,0 mil tons no trimestre (-20,8% YoY) e 703,2 mil tons (+12,2% YoY) em 2022. Vale destacar que, no acumulado do ano, o resultado apresenta crescimento no Uruguai devido a maior disponibilidade de matéria-prima para exportação na safra 21/22, assim como pela entrada da Companhia no Equador. Esse resultado foi parcialmente compensado pela redução no volume de vendas do Peru e Chile.

Internacional - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons)



Internacional - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons)





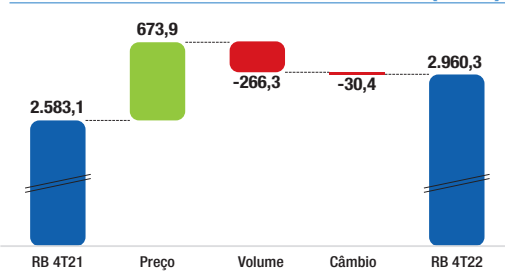
CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

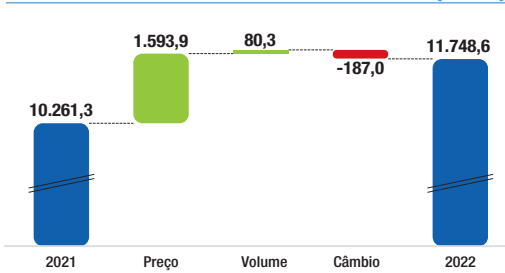
DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Destques do Desempenho Financeiro

Consolidado 4T22: Abertura Receita Bruta (R\$mm)



Consolidado 2022: Abertura Receita Bruta (R\$mm)



Receita Bruta de R\$3,0 bilhões no trimestre (+14,6% YoY) e R\$11,7 bilhões em 2022 (+14,5% YoY), devido ao efeito de crescimento de preços, parcialmente compensado pela redução decorrente do efeito de volumes e câmbio. Por categoria, no trimestre o resultado foi impulsionado pelo crescimento de receita nas categorias de grãos e de alto valor. No ano, a receita foi impulsionada pelas categorias de alto valor (peixados, massas, café e biscoitos) e internacional, parcialmente compensada pela redução da receita das categorias de alto giro (grãos e açúcar). A **Receita Líquida** atingiu R\$2,5 bilhões no trimestre (+10,8% YoY) e R\$10,2 bilhões em 2022 (+13,2% YoY).

Os **Custos das Vendas e Serviços** do trimestre atingiram R\$2,0 bilhões (+10,3% YoY), ou 81% da receita líquida, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+17,9% YoY), impulsionado pelo CPV das categorias de alto valor e de grãos. No internacional, o CPV apresentou redução (-11,8% YoY). Em 2022, o CPV atingiu R\$8,1 bilhões (+11,7% YoY), ou 79% da receita líquida, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+10,7% YoY) da categoria de alto valor com a entrada de novos segmentos, parcialmente compensado pela redução do CPV de alto giro. No Internacional, o CPV apresentou crescimento no Uruguai e pela entrada no Equador (+15,1% YoY).

LUCRO BRUTO No trimestre, o lucro Bruto atingiu R\$480,7 milhões (+12,9% YoY) com margem de 19,1% (+0,3pp YoY). No ano de 2022, o mesmo indicador atingiu R\$2,1 bilhões (+19,2% YoY) com margem de 20,8% (+1,0pp YoY).

O **SG&A** no trimestre atingiu R\$414,7 milhões (+19,4% YoY), equivalente a 16,5% da receita líquida. O aumento nominal no trimestre ocorreu em função do crescimento do SG&A Brasil (+39,2% YoY) e foi parcialmente compensado pelo SG&A Internacional (-14,2% YoY). Excluindo os M&As realizados entre os períodos e efeitos não recorrentes, o SG&A do trimestre atingiu crescimento de 4,1% YoY, com aumento de pessoal e fretes. O SG&A em 2022 atingiu R\$1,6 bilhão (+31,7% YoY), equivalente a 16,1% da receita líquida. O crescimento ocorreu no SG&A Brasil (+37,1% YoY) e SG&A Internacional (+20,9% YoY). Vale ressaltar o impacto de não recorrentes relacionados a provisões no 3T22 no montante de R\$41,2 milhões, e efeito das aquisições realizadas no período. Excluindo M&As e efeitos não recorrentes, o SG&A de 2022 atingiu crescimento de +13,5% YoY, com aumento de despesas de pessoal e fretes.

As **outras receitas operacionais** (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$24,7 milhões no trimestre (vs. R\$106,6 milhões no 4T21) e R\$213,5 milhões em 2022 (vs. R\$109,3 milhões positivos em 2021). No trimestre, o resultado foi impactado, principalmente, por ajustes contábeis relacionados à aquisição da Mabel e impacto do perdão de dívida da Café Bom Dia. O resultado no ano ocorreu, principalmente, em função de não recorrentes do 3T22 de R\$141,7 milhões, incluindo: (i) receita de R\$199,0 milhões referentes à compra vantajosa da aquisição da Mabel, com registro do preço pago para adquirir o negócio sendo inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida; e (ii) despesa de R\$16,1 milhões referentes à provisão para transferência do ativo industrial de cookies da planta da Pepsico em Sorocaba (SP) para a planta da Mabel.

EBITDA EBITDA do trimestre atingiu R\$157,0 milhões (-33,0% YoY) com margem de 6,2% (-4,1pp YoY). Em 2022, o EBITDA atingiu R\$919,8 milhões (+13,6% YoY) com margem de 9,0% (estável YoY).

Resultado Financeiro líquido atingiu despesa de R\$80,3 milhões no trimestre (+52,3% YoY) e despesa de R\$290,6 milhões (+127,7% YoY) em 2022, em função do aumento de juros sobre financiamentos com aumento da taxa de juros no período.

Imposto de Renda e CSLL atingiu R\$5,9 milhões positivos no trimestre (-48,1% YoY) e despesa de R\$41,5 milhões (+35,7% YoY) em 2022.

LUCRO LÍQUIDO Lucro Líquido atingiu R\$15,9 milhões (-88,9% YoY) com margem de 0,6% (-5,7pp). Em 2022, o Lucro Líquido atingiu R\$353,7 milhões (-26,1% YoY) com margem de 3,5% (-1,8pp).

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T21	3T22	4T22	4T22vs	4T22vs	2021	2022	2022vs
Data Fechamento	fev-22	nov-22	fev-23	4T21	3T22	fev-22	fev-23	2021
Receita Bruta	2.583,1	2.976,2	2.960,3	14,6%	-0,5%	10.261,3	11.748,6	14,5%
(-) Deduções de Vendas	(315,9)	(376,1)	(448,1)	41,9%	19,1%	(1.245,5)	(1.543,1)	23,9%
Receita Líquida	2.267,2	2.600,1	2.512,2	10,3%	-3,4%	9.015,9	10.205,5	13,2%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.841,3)	(2.079,5)	(2.031,5)	10,3%	-2,3%	(7.237,7)	(8.085,6)	11,7%
Lucro Bruto	425,9	520,6	480,7	12,9%	-7,7%	1.778,2	2.119,9	19,2%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(347,5)	(453,4)	(414,7)	19,4%	-8,5%	(1.250,7)	(1.646,9)	31,7%
Despesas com Vendas	(224,8)	(276,2)	(258,0)	14,8%	-6,6%	(807,5)	(1.060,3)	31,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(122,7)	(177,2)	(156,7)	27,8%	-11,5%	(443,2)	(586,6)	32,4%
(+/-) Resultado da Equiv. Patrimonial	(0,1)	(1,0)	(0,4)	360,0%	-59,8%	0,2	(0,6)	-486,6%
(+) Outras Receitas Operacionais	106,6	184,4	24,7	-76,8%	-86,6%	109,3	213,5	95,2%
Lucro Operacional (EBIT)	184,9	250,7	90,2	-51,2%	-64,0%	636,9	685,8	7,7%
(+/-) Resultado Financeiro	(52,7)	(73,8)	(80,3)	52,3%	8,7%	(127,6)	(290,6)	127,7%
Resultado antes Impostos	132,2	176,9	10,0	-92,5%	-94,4%	509,3	395,2	-22,4%
Total Imposto de Renda/CSLL	11,3	(29,8)	5,9	-48,1%	-119,8%	(30,6)	(41,5)	35,7%
Lucro Líquido	143,5	147,1	15,9	-88,9%	-89,2%	478,7	353,7	-26,1%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	143,5	147,1	15,9	-88,9%	-89,2%	478,7	353,7	-26,1%
(-) Resultado Financeiro Líquido	52,7	73,8	80,3	52,3%	8,7%	127,6	290,6	127,7%
(-) Imposto de Renda/CSLL	(11,3)	29,8	(5,9)	-48,1%	-119,8%	30,6	41,5	35,7%
(-) Depreciação e Amortização	49,3	59,1	66,7	35,4%	13,0%	172,9	234,0	35,4%
(-) EBITDA	234,1	309,8	157,0	-33,0%	-49,3%	809,8	919,8	13,6%
Margens								
Margem Bruta	18,8%	20,0%	19,1%	0,3pp	-0,9pp	19,7%	20,8%	1,0pp
Margem EBITDA	10,3%	11,9%	6,2%	-4,1pp	-5,7pp	9,0%	9,0%	0,0pp
Margem Líquida	6,3%	5,7%	0,6%	-5,7pp	-5,0pp	5,3%	3,5%	-1,8pp

Alimentício Brasil	4T21	3T22	4T22	4T22vs	4T22vs	2021	2022	2022vs
Data Fechamento	fev-22	nov-22	fev-23	4T21	3T22	fev-22	fev-23	2021
Receita Líquida	1.633,4	1.881,8	1.967,9	20,5%	4,6%	6.725,7	7.591,2	12,9%
(-) Custos das vendas e serviços	(1.372,2)	(1.533,3)	(1.617,9)	17,9%	5,5%	(5.533,5)	(6.124,5)	10,7%
Lucro Bruto	261,2	348,4	350,0	34,0%	0,4%	1.192,2	1.466,7	23,0%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(218,5)	(325,5)	(304,1)	39,2%	-6,6%	(834,3)	(1.143,5)	37,1%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	64,5	183,5	22,6	-65,0%	-87,7%	53,4	208,0	289,6%
Lucro Operacional (EBIT)	107,1	206,4	88,4	-36,2%	-66,9%	411,3	531,1	29,1%
(+/-) Resultado Financeiro	(56,8)	(68,9)	(77,9)	37,1%	13,1%	(127,0)	(271,0)	113,4%
(-) Despesas Financeiras	(110,9)	(146,3)	(129,7)	17,0%	-11,4%	(318,5)	(538,8)	69,2%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022			28/02/2023	28/02/2022		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	988.730	1.239.750	1.225.614	1.596.350	Fornecedores	14	668.791	785.224	1.023.498	1.101.036
Aplicações financeiras	5	-	33.712	-	33.712	Empréstimos e financiamentos	16	774.061	108.427	1.147.143	599.910
Contas a receber	6	883.276	725.515	1.331.651	1.212.386	Passivo de arrendamento	13	28.650	17.657	31.412	23.229
Adiantamento a fornecedores		16.159	24.485	16.159	24.485	Adiantamento de clientes	16	16.795	8.926	16.991	11.602
Estoques	7	1.391.272	936.549	2.213.930	1.646.697	Partes relacionadas	17	100.909	34.073	35.896	20.679
Instrumentos financeiros derivativos	25	674	528	674	528	Obrigações sociais	17	42.090	25.371	62.626	38.779
Tributos a recuperar	8	128.781	163.776	221.493	195.020	Juros sobre capital próprio a pagar	17	7.190	7.685	7.190	7.685
Partes relacionadas	17	37.098	14.341	13.613	12.421	Tributos a recolher	17	3.467	12.858	36.409	47.922
Outros créditos	10	10.708	25.263	63.923	60.922	Provisão para férias, 13º salário e encargos	15	40.101	32.721	62.832	53.028
Total do ativo circulante		3.456.698	3.163.919	5.087.060	4.782.521	Contas a pagar aquisição de investimentos	15	11.146	-	29.087	-
Bens destinados à venda	11	-	46.589	-	46.589	Outras contas a pagar		29.397	16.003	105.711	60.797
		3.456.698	3.210.508	5.087.060	4.829.110	Total do passivo circulante		1.722.597	1.048.945	2.558.795	1.964.667
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras	5	13.740	-	13.740	-	Empréstimos e financiamentos	16	2.328.595	2.501.633	2.835.058	2.663.820
Tributos a recuperar	8	172.784	178.969	184.349	189.761	Passivo de arrendamento	13	141.901	128.418	163.029	143.054
Tributos diferidos	20	-	-	15.235	-	Programa de parcelamento especial		45	1.677	18.072	25.114
Partes relacionadas	17	-	-	71.909	70.965	Tributos diferidos	20	107.561	82.797	154.907	102.984
Estoques	7	15.843	15.404	40.419	44.453	Provisão para demandas judiciais	18	45.234	24.896	373.031	46.204
Depósitos judiciais	18	8.648	7.968	33.776	9.757	Contas a pagar aquisição de investimentos	15	71.004	77.606	97.965	77.606
Ativo de indenização	9	-	-	301.936	-	Passivo à descoberto em controlada	10	10.494	20.509	-	-
Outros créditos		9.454	10.753	12.496	10.788	Outras contas a pagar		1.544	1.054	13.602	28.520
Investimentos	10	1.769.245	1.758.699	34.703	34.746	Total do passivo não circulante		2.706.377	2.838.590	3.655.663	3.087.302
Imobilizado	11	1.191.154	994.809	2.087.614	1.595.529	Patrimônio líquido					
Intangível	12	628.094	450.645	1.144.865	984.928	Capital social	19.a	950.374	950.374	950.374	950.374
Ativos de direito de uso	13	162.507	138.580	185.779	160.953	(-) Gastos com emissão de Ações		(12.380)	(12.380)	(12.380)	(12.380)
		3.751.000	3.342.733	3.452.961	2.776.156	(-) Ações em tesouraria	19.c	(3.413)	(105.752)	(3.413)	(105.752)
Total do ativo não circulante		3.971.469	3.555.827	4.126.821	3.101.860	Reservas de capital		19.188	13.271	19.188	13.271
Total do ativo		7.428.167	6.766.335	9.213.881	7.930.970	Reservas de lucros		1.494.546	1.470.839	1.494.546	1.470.839
						Outros resultados abrangentes		550.878	562.448	550.878	562.448
						Patrimônio líquido de acionistas controladores		2.999.193	2.878.800	2.999.193	2.878.800
						Participação de acionistas não controladores		-	229	201	-
						Total do patrimônio líquido		2.999.193	2.878.800	2.999.422	2.879.001
						Total do passivo e do patrimônio líquido		7.428.167	6.766.335	9.213.881	7.930.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

Saldos em 28 de fevereiro de 2021	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva especial de ações	Opções outorgadas	Legal					Incentivos Fiscais
Depreciação da reavaliação, líquido de impostos		950.374	(12.380)	(44.414)	220	9.281	88.008	918.044	77.885	-	2.708.708
Transação de capital envolvendo acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	4.118	(4.118)
Aquisição de ações em tesouraria	19.c	-	-	(61.338)	-	-	-	-	-	-	(61.338)
Opção de ações outorgadas	19.d	-	-	-	-	5.712	-	-	-	-	5.712
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	19.d	-	-	-	-	(1.942)	-	-	-	-	(1.942)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	477.784	477.784
Variação cambial sobre investimentos no exterior	10	-									



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	379.685	446.966	395.225	509.339
Conciliação do lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(104.406)	(219.750)	634	(164)
Encargos financeiros provisionados	365.725	163.373	381.779	175.670
Juros provisionados - passivo de arrendamento	6.099	6.416	10.408	6.554
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	5.433	(879)	5.460	(1.050)
Provisão (reversão) para descontos	41.819	(3.296)	41.154	(3.296)
Provisão para demandas judiciais	22.071	7.686	26.777	24.399
Provisão para perda de imobilizado	(98)	516	(98)	516
Provisão (reversão) de outras contas	15.565	10.798	164	9.838
Depreciações	103.502	79.009	170.028	125.813
Amortizações - intangível	22.640	14.616	30.135	18.575
Amortizações - ativo de direito de uso	20.150	21.596	33.869	28.470
Baixa bens do imobilizado	865	14.686	1.672	31.861
Baixa intangível	345	3	345	3
Baixa - ativo de direito de uso	(2.397)	(1.727)	(1.828)	(1.743)
Compra vantagens	(198.280)	(919)	(198.280)	(46.329)
Ações outorgadas	8.965	5.712	8.965	5.712
	687.683	544.806	906.409	884.168
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(205.576)	(46.839)	(112.715)	(261.926)
Estoque	(456.287)	7.709	(504.925)	(173.665)
Tributos a recuperar	45.276	59.214	(21.061)	(16.445)
Outros ativos circulantes e não circulantes	57.801	(55.174)	66.752	(11.293)
	(558.786)	(35.090)	(571.949)	(463.329)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(126.489)	378.081	(148.684)	450.248
Salários e encargos a pagar	24.099	(9.500)	33.651	(2.409)
Obrigações tributárias	(28.302)	(42.419)	(23.223)	5.703
Outros passivos circulantes e não circulantes	54.662	(86.069)	11.462	(265.368)
	(76.029)	240.093	(126.794)	188.174
Juros pagos sobre empréstimos	(313.983)	(97.391)	(328.973)	(100.772)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(17.606)	(22.647)
	(261.115)	652.418	(138.913)	485.594
Fluxos de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras, líquidas	19.972	(789)	19.972	(789)
Venda de imobilizado	562	2.441	1.077	28.598
Adições aos investimentos	(167.969)	(261.809)	(328.241)	(416.377)
Venda de investimentos	-	-	3.667	-
Caixa advindo de aquisição de controlada	-	2.272	13.721	29.242
Aumento de capital em controladas	-	(175.262)	-	-
Adições ao imobilizado	(247.103)	(109.232)	(304.965)	(160.933)
Adições ao intangível	(9.630)	(72.410)	(24.278)	(74.902)
Dividendos recebidos	232.467	-	-	-
	(171.701)	(614.789)	(619.047)	(595.161)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	566.544	1.379.488	1.969.059	2.327.810
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(128.127)	(710.967)	(1.302.323)	(1.288.552)
Pagamento de dívida em controladas adquiridas	-	-	-	(176.778)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(25.128)	(25.405)	(41.603)	(32.636)
Pagamento de JCP e dividendos	(130.000)	(90.000)	(130.000)	(90.000)
Ações em tesouraria adquiridas	(101.493)	(61.338)	(101.493)	(61.338)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento				
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	181.796	491.778	393.640	678.206
	-	-	(6.416)	(54.244)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(251.020)	529.407	(370.736)	514.395
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.239.750	710.343	1.596.350	1.081.955
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	988.730	1.239.750	1.225.614	1.596.350
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(251.020)	529.407	(370.736)	514.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Camil Alimentos S.A. ("Camil" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, "Grupo") tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar, massas, pescados enlatados (sardinha e atum) entre outros produtos, por meio de marcas com forte reconhecimento e posições de liderança em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador. Fundada em 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz no Brasil, a Camil Alimentos S.A. é uma multinacional que vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos em novas categorias no Brasil e principalmente em arroz nos principais países da América Latina. A Companhia possui um portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, com produtos que permitem obter expressivas posições de liderança em todos os mercados de atuação. A Camil possui participações relevantes no Brasil nos mercados de grãos, açúcar, pescados enlatados, massas e biscoitos, sendo as principais marcas Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel, respectivamente. No ambiente internacional, a Camil atua no Uruguai, com a marca Saman, Chile, com a marca Tucapel, Peru, com a marca Costeño, e no Equador, com a marca Fico Arroz. O exercício social da Companhia finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Camil. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio, principal insumo utilizado no processo produtivo da Companhia e suas controladas. Essa dinâmica é influenciada por flutuações nos preços do insumo agrícola, principalmente no Brasil e no Uruguai. No Brasil, por exemplo, o plantio acontece em meados de setembro. No momento da colheita, o preço médio pago pelo arroz, tradicionalmente é menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, efeito observado na sazonalidade de capital de giro do período. Em 28 de setembro de 2017, a Camil Alimentos S.A. comprou a ter suas ações negociadas na B3, no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa em listagem da bolsa, sob o código CAMIL3. Em 28 de fevereiro de 2023 o Grupo possui trinta e cinco unidades industriais, sendo dezesseis unidades no Brasil, dez no Uruguai, duas no Chile, cinco no Peru e uma no Equador. Em 28 de fevereiro de 2022 o Grupo possuía trinta e uma unidades industriais, sendo quinze unidades no Brasil, nove no Uruguai, duas no Chile, quatro no Peru e uma no Equador. **Principais eventos do exercício:** Em 09 de dezembro de 2021, a Camil Alimentos S.A. celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações da Silcom S.A., através de sua subsidiária Saman no Uruguai. A operação foi concluída em 30 de março de 2022, após serem supridas todas as condições precedentes, conforme detalhado na nota explicativa 9. Em 24 de agosto de 2022, a Camil Alimentos S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ativos para a aquisição da totalidade das quotas de emissão CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. A operação foi concluída em 01 de novembro de 2022 após cumprimento das condições precedentes. As empresas adquiridas possuem a fabricação de biscoitos da marca principal "Mabel", além das marcas "Doce Vida", "Mirabêr", "Elibis" e "Pavessin" Além dessa aquisição, a transação também estabelece o licenciamento pela PepsiCo para a Camil da marca "Tody" para cookies pelo prazo de 10 anos, e a aquisição dos ativos que compõem a linha de produção da marca "Tody" para cookies, conforme detalhado na nota explicativa 9.

2. Práticas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") vigentes, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), juntamente com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), suas interpretações técnicas ("CPC") e orientações ("OCPC"), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") através das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais ("NBC TG"), Interpretações Técnicas Gerais ("ITG") e Comunicados Técnicos Gerais ("CTG") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") através de suas resoluções. Em conformidade com a OCP 07/CTG 07 - Evidenciando na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, mensurados pelo valor justo, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de maio de 2023. **2.1. Demonstrações financeiras consolidadas:** Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022, a Companhia mantém participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

	28/02/2023		28/02/2022	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai				
CAMILATAM S.A.	Controlada	100,00%	-	100,00%
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	Controlada	-	100,00%	-
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-
Arroz - Arroz Uruguayo S.A.	Coligada	-	49,19%	-
Tacua S.A. (*)	Coligada	-	-	40,72%
Agência Marítima Sur S.A. (*)	Coligada	-	-	40,732%
Comisaco S.A.	Joint Venture	-	50,00%	-
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-
Silcom S.A. (**)	Coligada	-	100,00%	-
Fideicomiso Parque Eólico	Coligada	-	20,00%	-
Chile				
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,94%	-
Peru				
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-
Envasadora Arequipa S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-
Equador				
Camilatam Ecuador S.A.S.	Controlada	100,00%	-	100,00%
Fideicomiso Mercantil Dajahu	Controlada	-	100,00%	-
Transportes Ronaljavhu S.A.	Controlada	-	100,00%	-
Industrias Dajahu S.A.S. (***)	Controlada	100,00%	-	-

Brasil

Ciclo Logística Ltda. Controlada 100,00% - 100,00%

Camil Energias Renováveis Ltda. Controlada 100,00% - 100,00%

Café Bom Dia S.A. - Em Recuperação Judicial Controlada 97,71% - 97,71%

Agro Coffee Comércio Importação e Exportação S.A. - Em Recuperação Judicial Controlada 90,33% - 90,33%

CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (Nota 8) Controlada 100,00% - -

CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (Nota 8) Controlada - 100,00% - -

(*) Empresas vendidas em 04 de fevereiro de 2022, através da subsidiária SAMAN no Uruguai; (**) Empresa adquirida em 09 de dezembro de 2021, através de sua subsidiária SAMAN no Uruguai; (***) Empresa constituída em 30 de setembro de 2022.

O exercício social das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas componentes consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.2. Combinação de negócios: A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é determinado pela contraprestação transferida após avaliação do valor justo do patrimônio da adquirida e a participação de não controladores. Custos relacionados com aquisição são contabilizados como despesa conforme incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos da adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. **Ágio:** Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho por compra vantajosa na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias será apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida. **Ganho com compra vantajosa:** A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia deve promover uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados. Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo: (i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e (ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida. Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social contabilizado em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos, se houver a incorporação. **Aquisição de negócios sob controle comum:** A prática contábil para aquisição de negócios em controle comum segue em discussão pelas instituições e órgãos competentes e, por este motivo, não há orientação específica para este tipo operação. Contudo, a Companhia adotou procedimentos similares aos descritos no CPC 15 - Combinação de negócios. **2.3. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretendo-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser vendido; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.4. Informação por segmento:** O CPC 22/NBC TG 22 (R2)/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Receitas				
Venda de mercadoria, produtos e serviços	8.095.885	7.197.795	10.949.065	9.665.249
Outras receitas	15.969	8.764	45.549	137.404
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(5.433)	(2.494)	(5.460)	(2.793)
	8.106.421	7.204.065	10.989.154	9.799.860
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(5.387.480)	(4.999.518)	(7.202.038)	(6.527.722)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros	(989.843)	(752.852)	(1.458.606)	(1.155.547)
Outros	(70.430)	(33.776)	(78.300)	(42.034)
	(6.447.753)	(5.786.146)	(8.738.944)	(7.725.303)
Valor adicionado bruto	1.658.668	1.417.919	2.250.210	2.074.557
Depreciação e amortização				
Valor adicionado líquido produzido	(146.292)	(115.221)	(234.032)	(172.858)
Resultado de equivalência patrimonial	104.406	219.750	(634)	164
Receitas financeiras	263.055	190.198	301.981	218.319
Outras	198.280	190.198	198.280	190.198
	565.741	409.948	499.627	218.483
Valor adicionado total a distribuir	2.078.117	1.712.646	2.515.805	2.120.182
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	269.291	197.955	495.605	403.790
Benefícios	124.887	83.598	151.908	106.233
FGTS	25.680	19.254	25.460	19.254
Outros	13.327	8.331	17.410	8.789
	432.965	309.138	690.383	538.066
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	227.613	118.900	244.372	181.335
Estaduais	526.148	480.542	621.393	559.490
Municipais	5.745	6.077	12.931	12.681
	759.506	605.519	878.696	753.506
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	514.153	304.404	574.355	333.334
Aluguéis	10.370	4.422	10.984	5.176
Outros	7.702	11.379	7.703	11.379
	532.225	320.205	593.042	349.889
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre Capital Próprio	100.000	75.000	100.000	75.000
Dividendos propostos	30.000	-	30.000	-
Minoritários	-	-	263	937
Lucros retidos do exercício	223.421	402.784	223.421	402.784
	353.421	477.784	353.684	478.721
Valor total adicionado distribuído	2.078.117	1.712.646	2.515.805	2.120.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

avaliar sua performance. A partir do exercício findo em fevereiro de 2014, a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho, que consideram a Companhia como uma plataforma de alimentos no Brasil e Internacional. As informações são analisadas por segmento com segue: **Alimentício Brasil:** Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados, açúcar e massas. Após a aquisição do negócio de café, o mesmo foi incorporado ao grupo de grãos. **Alimentício Internacional:** Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador, na linha de produtos de grãos. **2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas, exceto pelas demonstradas a seguir:

	Moeda
Uruguai	USD
CAMILATAM S.A.	USD
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	USD
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	USD
Chile	
Empresas Tucapel S.A.	CLP
Peru	
Costeño Alimentos S.A.C.	PEN
En	



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. A Administração do Grupo está comprometida com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. Acidentes ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A Companhia mantém classificado como mantido para venda aqueles itens em que o motivo do atraso foi causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade e se evidenciou suficiente de que a entidade continuará comprometida com seu plano de venda de ativo. Ativos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial e de forma segregada dos ativos circulantes e dos ativos não circulantes. **2.10. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Conforme o pronunciamento técnico CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9, ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJRT"). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidas até o vencimento, mantidas para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo de caixa, quais sejam aqueles cujo objetivo do negócio é obter o resultado abrangente mensurando um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático SS mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/NBC TG 47/IFRS 15. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.6 - Receita de contrato com cliente. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos financeiros. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores (incluindo os convênios), empréstimos e financiamentos, debêntures, adiantamento de clientes, partes relacionadas e outras contas a pagar. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** • Ativos financeiros ao custo amortizado por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado com redução ao valor recuperável, o custo amortizado por meio de outros resultados abrangentes e obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaimento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, como por exemplo, os instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; • O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebíveis, sem demora líquida, por meio de um terceiro, por força de um acordo de "repasse"; e (a) O Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo, apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando o pagamento contratual não foi recebido há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui em passivos financeiros juros a fornecedores, por intermédio de instituições, em situação de inadimplência quando o pagamento contratual não foi recebido há 180 dias. 2023. Devido às características de negociação comercial de prazo de fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de créditos da Companhia com as instituições, conforme nota explicativa 14. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrita abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que o saldo final dos instrumentos financeiros derivativos, resultaram um ativo. **Empréstimos e Financiamentos:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Debêntures:** Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação só o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma extinção do passivo original e a contratação de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.11. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente convertíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificadas na rubrica Aplicações financeiras, separadamente. **2.13. Estoque:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada. No Uruguai, especificamente, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Associação de Cultivadores de Arroz"). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente. Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo. **2.14. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **Passivo a descoberto em controladas:** Situação em que a subsidiária ou controlada apresenta seu passivo maior do que seu ativo. Neste caso, a controladora, assumindo a responsabilidade pelos compromissos financeiros da subsidiária ou controlada, reconhece em seu balanço patrimonial o passivo a descoberto. **2.15. Imobilizado:** Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substancialmente, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Prédios	0,33%	13,84%	3,69%	0,33%	50,00%	10,74%
Máquinas e equipamentos	0,03%	34,43%	9,63%	0,03%	34,43%	10,83%
Veículos	11,00%	20,00%	19,11%	4,00%	33,00%	13,82%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%	10,00%	0,00%	34,00%	11,00%
Computadores e periféricos	20,00%	20,00%	20,00%	0,00%	50,00%	22,86%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.16. Capitalização de custos de financiamentos ao ativo qualificável:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.17. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e ativos intangíveis decorrentes de combinação de negócios são mensurados ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para ativos intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Software	20,00%	20,00%	20,00%	3,00%	100,00%	11,00%
Relacionamento com clientes	11,01%	19,05%	16,39%	1,00%	19,05%	6,28%
Contrato de não competição	20,00%	20,00%	20,00%	15,00%	20,00%	7,00%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio, marcas e patentes de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Mensuração de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Item	Técnica de Avaliação
Marca	São avaliadas pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Relief-from-Royalty</i> . Pelo método <i>Relief-from-Royalty</i> , o valor justo da marca representa o valor presente da economia de não ter que pagar royalties pela sua utilização.
Relacionamento de Clientes	O relacionamento com clientes foi avaliado pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Long Period Excess Earnings</i> (MPEEM), por meio do qual, basicamente, os fluxos de caixa gerados pelos clientes são projetados, se exaurindo conforme a estimativa dos cancelamentos até a sua completa exaustão.
Imobilizado	Os bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos e veículos) foram avaliados em conformidade com as Normas Brasileiras de Avaliações - NBR 14.563 da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. Os valores justos de mercado foram obtidos mediante a aplicação dos métodos: comparativo direto de dados de mercado e do custo de reposição depreciado segundo a aplicação da depreciação em função da expectativa de vida útil econômica do ativo avaliado.
Contingências e indenizações	Na data-base, passivos contingentes relacionados a processos judiciais, cíveis e administrativos são mensurados ao valor justo. Perdas avaliadas como possíveis são mensuradas ao valor justo e registrados conforme sua probabilidade de perda. Para os casos em que a Companhia tem o direito contratual de ser reembolsada, a Companhia registra um ativo de mesmo valor.
Estoque	Matéria-prima e embalagens: foram avaliados pelo custo de reposição com base na última aquisição. Produtos acabados e produtos para revenda: foram avaliados pelo valor de produção líquido.

Ágio e compra vantajosa: Reconhecido em uma combinação de negócios e que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras. Nas situações em que a contraprestação transferida para aquisição do controle for inferior ao valor justo dos ativos adquiridos, registra-se a compra vantajosa na rubrica "Outros resultados abrangentes" na demonstração de resultado. **2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados consideram cinco anos somados à perpetuidade e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conexas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos (*impairment*). **2.19. Provisões:** Geral: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.20. Arrendamentos:** A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substanciais relativos ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua contratação. O advento do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1)/NBC TG 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são: (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. Os contratos são capitalizados no início do arrendamento no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início (taxa nominal), porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme que a Companhia pretende operar o ativo. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira, conforme fluxo de amortização definido pela taxa nominal calculada no início da contratação. O valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é novamente mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, os eventos decorrentes da COVID-19 não foram considerados como modificação relevante em relação às análises efetuadas que deram base aos registros contábeis. As características dos contratos de arrendamentos do Grupo classificados como aplicáveis ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos são: • Transferência dos riscos e benefícios relativos à propriedade do item; • Identificação do ativo; • Valor do bem arrendado superior a R\$20 (vinte mil reais); • Prazo de vigência superior a um ano. A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente à locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, o qual orientou sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. Assim, o saldo do Passivo de arrendamento, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS. Os impactos desta norma estão apresentados na nota explicativa nº 13. **2.21. Benefícios a empregados:** Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos estabelecimentos industriais, assistência médica e odontológica, vale-transporte ou fretado. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.22. Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa:** A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.23. Pagamento baseado em ações:** A provisão para pagamentos baseado em ações é constituída conforme CPC 10 (R1)/NBC TG 10 (R3)/IFRS 2 - Pagamento baseado em ações. Esta estabelece que as operações de pagamento baseado em ações líquideis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais. Detalhes sobre o plano de outorga de ações da Companhia encontram-se na nota explicativa 19. **2.24. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 - Resultado por Ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto são consideradas no cálculo do resultado por ação. O valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações. **2.25. Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2021 e 2021 e novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: 2.25.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2021:** Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação CPC 06 (R2), ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Assim, um arrendatário pode optar por

não avaliar se um benefício relacionado a pandemia concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a contabilização está em linha com qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a COVID-19. Essa alteração entrou em vigor para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2021, e pretenda ter o prazo final para utilização até 30/06/2021, porém o CPC estendeu o período para utilização do expediente prático para até 30/06/2022, assim, a Companhia optou em fazer uso desse expediente não rearmensurando os contratos de arrendamento operacionais uma vez que, as renegociações efetuadas foram benefícios concedidos relacionados a COVID-19, reconhecendo os benefícios no resultado do exercício. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Referência: As alterações forneceram exceções temporárias que endereçaram os efeitos das substituições da taxa de juros de referência permitindo substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente. As aplicabilidades das alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia e não existem impactos nessas demonstrações financeiras. Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não eram aplicáveis ou relevantes para a Companhia. **2.26. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** O IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigor somente em 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida, sendo eles: • IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)): as alterações são úteis ao subsidiar o requerimento para a divulgação das normas contábeis significativas materiais e adicionais guias como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis; • IAS 8 (norma correlata ao CPC 23): onde as alterações esclareceram a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correções de erros. Além disso, esclareceram como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis; • Alteração na norma correlata ao CPC 26: de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante, onde são: (i) Dado o direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) a classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; e • Emissão de pronunciamento referente ao IFRS17 que substitui a IFRS4: O objetivo é o reflexo apropriado do impacto dos contratos de seguros na posição financeira ao longo do tempo. Para tal, a norma estabelece os princípios relativos ao reconhecimento, mensuração, apresentação e relato dos contratos. Em análise aos novos pronunciamentos e normas ainda não vigentes, a Companhia efetuou os devidos estudos e julga que não existirão efeitos significativos em suas operações ou demonstrações financeiras. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros. **Estimativas e premissas:** O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2022 traz temas sensíveis para o exercício social que requeriam julgamento profissional e recomenda a elucidação dos problemas, os objetivos a serem atingidos, consideração e avaliação de alternativas e escolhas disponíveis para assim chegar a uma conclusão. Não obstante discorre sobre a validade de orientações das áreas técnicas da CVM contidas em ofícios circulares referentes a anteriores e a Companhia entende que o que é devendo e necessário relacionado a estes itens, está refletido neste documento. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, estão descritos abaixo e incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico utilizado no processo de avaliação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir: **Tributos a recuperar:** As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e fluxos tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, que derivam de orçamento de 5 anos, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperada. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é imobilizado para fins internos. **Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis:** A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. **Taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo de arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la). **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e a complexidade dos regulamentos tributários das entidades envolvidas e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas. **Incertezas tributárias do imposto de renda:** A interpretação Técnica CPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty Over Income Tax Treatments), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve desenvolver e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base no seu tributo (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação. Provisão para contingências classificadas como perda possível oriundas de uma combinação de negócios: Na data de aquisição, a Companhia identifica os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios e reconhece o passivo contingente ao valor justo para os casos em que os assessores jurídicos considerem que a perda do processo judicial seja classificada como possível. Esta provisão leva em consideração a determinação do valor justo e a probabilidade de ocorrência da perda. Trata-se de uma estimativa contábil crítica uma vez que envolvem premissas com significativo componente de julgamento. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Ganho por compra vantajosa:** Na determinação do ganho por compra vantajosa, são levados em consideração o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos os quais são comparados com os correspondentes valores pagos. Como parte do processo de combinação de negócios a Companhia é requerida a mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e comparar com os correspondentes valores pagos. Trata-se de mensurações que envolvem premissas e julgamentos críticos na determinação dos valores justos dos ativos e dos passivos e que, por resultarem em um ganho a ser registrado no resultado do exercício



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

→ * continuação

6. Contas a receber	Controladora		Consolidado		Mais/Menos-valia	Valor contábil (preliminar)	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total			
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022												
Títulos a vencer	966.736	765.299	1.318.627	1.191.197	Estoque (i)	2.433	-	-	-	-	-	-	-			
Títulos vencidos até 30 dias	4.668	3.540	81.378	53.897	Imobilizado (ii)	63.223	-	-	-	-	-	-	-			
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	932	409	15.144	6.242	Intangível (iii)	78.273	-	-	-	-	-	-	-			
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	294	278	8.154	2.909	Passivo contingente (iv)	(293.031)	-	-	-	-	-	-	-			
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	973	1.128	3.497	4.011	Ativo de indenização (v)	301.936	-	-	-	-	-	-	-			
Títulos vencidos a mais de 181 dias	2.492	3.704	25.561	6.146	(i) São referentes ao saldo de estoque disponível para comercialização, calculados a valor justo menos os custos para vender os estoques; (ii) Ativos imobilizados da Mabel a valor justo, conforme avaliação patrimonial, composto por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, benfeitorias em bens de terceiros, imobilizados em andamento; (iii) Valor referente a marca Mabel e a valorização da carteira de cliente a valor justo; (iv) Referente às contingências da CIPA Industrial e CIPA Nordeste, anteriormente classificadas como possíveis perdidas. Conforme CPC 15 / IFRS 3, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) um valor justo assumido na negociação na pressuposição de liquidação da provisão para contingência. O valor total apurado de contingências possíveis é de R\$ 586.062, no entanto, considerando o prognóstico de perda estimada como possível pelos assessores jurídicos, a Administração no seu melhor julgamento definiu reconhecer 50% do risco envolvido; (v) Valor referente ao ativo indenizatório para cobertura de valor equivalente ao das contingências possíveis conforme previsto no Contrato. O resultado do ganho por compra vantajosa nesta transação, segundo avaliações preliminares, indica dever-se ao fato de não ter sido alcançado resultados positivos pelo vendedor, mesmo após esforços e investimentos, definição da estratégia de negócios do vendedor sem a presença de biscoito e cookies, combinado com a percepção de restrição/falta de interesses dos concorrentes neste negócio.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descontos concedidos (a)	976.095	774.358	1.452.261	1.265.025	Investimento em controladas	1.478.195	-	-	-	-	-	-	-			
Aquisição de investimentos Mabel	(86.125)	(44.306)	(89.232)	(44.306)	Investimento em coligadas	-	-	34.703	34.746	-	-	-	-			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.694)	(4.537)	(31.475)	(7.710)	Ágio na aquisição de investimento (*)	93.091	278.243	-	-	-	-	-	-			
	883.276	725.515	1.331.654	1.212.386	Mais valia na aquisição de investimentos (*)	197.959	52.488	-	-	-	-	-	-			

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais e pontuais com clientes específicos. As liquidações dos valores devidos a clientes são substancialmente quitadas com valores a receber em aberto. A movimentação da provisão para descontos concedidos é demonstrada como segue:

Saldo no início do exercício	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo no início do exercício	(44.306)	(47.602)	(44.306)	(47.602)
Aquisição de investimentos Mabel	-	-	(3.772)	-
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	-	-	-	-
Adições	(282.123)	(294.902)	(282.123)	(94.114)
Reversões/Baixas	240.304	296.193	240.304	97.410
Saldo no final do exercício	(86.125)	(44.306)	(89.232)	(44.306)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

Saldo no início do exercício	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo no início do exercício	(4.537)	(4.124)	(7.710)	(6.666)
Varição cambial	-	-	(20)	266
Aquisição de investimentos Mabel	-	-	(23.681)	-
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	-	(1.292)	-	(1.292)
Aquisição de investimentos Café Bom Dia	-	-	-	(1.068)
Adições	(6.468)	(2.884)	(7.472)	(3.398)
Reversões	869	151	1.968	692
Baixas	3.442	6.112	5.440	3.756
Saldo no final do exercício	(6.694)	(4.537)	(31.475)	(7.710)

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

Reais	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Reais	883.276	725.515	887.961	743.145
Dólares Americanos	-	-	285.092	306.200
Novo Sol Peruano	-	-	33.336	39.392
Peso Chileno	-	-	125.265	123.650
	883.276	725.515	1.331.654	1.212.386

7. Estoques

Produto Acabado	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Matéria-prima e insumos	535.841	328.445	716.107	495.038
Material de embalagem (a)	320.392	145.664	572.792	385.564
Adiantamento a fornecedores (b)	95.775	119.255	116.940	140.709
Outros (c)	385.582	306.368	685.668	553.213
	69.725	52.221	162.842	115.626
	1.407.115	951.953	2.254.349	1.691.150
Circulante	1.391.272	936.549	2.213.930	1.646.697
Não circulante (d)	15.843	15.404	40.419	44.453
	1.407.115	951.953	2.254.349	1.691.150

(a) Material de embalagens inclui embalagens para pescado nos montantes de R\$ 49.217 (R\$ 76.652 em 28 de fevereiro de 2022) na Controladora e no Consolidado; (b) Adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$30.327 (R\$35.816 em 28 de fevereiro de 2022), estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização. (c) O valor de outros no consolidado, abrange também o saldo de provisão para perdas de estoques no valor de R\$6.085 (R\$ 3.556 em 28 de fevereiro de 2022); (d) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque relacionados com peças e partes essenciais para a não interrupção da operação, totalizados em R\$10.092 (R\$8.637 em 28 de fevereiro de 2022). A controladora possui empréstimos e financiamentos no valor de R\$31.930 que estão garantidos por penhor ceder de pescados que estão registrados à rubrica "Matéria-prima".

8. Tributos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
IPIS e COFINS	132.343	201.525	149.053	204.142
Impostos sobre vendas	23.350	26.710	54.718	33.908
IRPJ	9.987	6.404	9.988	6.404
IRRF	21.419	6.563	21.419	6.563
Demais tributos (a)	32.785	29.294	46.551	38.217
	301.565	342.745	405.842	384.781
Circulante	128.781	163.776	221.439	195.020
Não circulante	172.784	178.969	184.343	189.761
	301.565	342.745	405.842	384.781

(a) Demais tributos incluem R\$ 31.224 de saldo negativo de IRPJ e CSLL e R\$ 8.153 da operação Saman no Uruguai. **9. Combinação de negócios:** a) **Aquisição da Silcom S.A.:** Em 09 de dezembro de 2021, a subsidiária Saman celebrou o Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações da Silcom S.A. Fundada em 1975, a Silcom é uma empresa de alimentos com marcas com liderança em frutas secas, legumes, sementes, molhos e azeites com um faturamento anual de US\$23 milhões. Sua principal marca, 'La Abundancia', possui alto reconhecimento no mercado, permitindo à Camil a expansão de categorias em sua subsidiária no Uruguai. A transação incluiu uma planta industrial própria e frota de caminhões utilizada na distribuição dos produtos. Com uma estratégia de distribuição direta que atende mais de 5.000 clientes, a Silcom trouxe complementaridade às operações da Camil no Uruguai, aumentando sua cobertura e permitindo crescimento das categorias de produtos. Além disso, posicionou a Companhia como um dos principais provedores de produtos saudáveis, um dos mercados de maior crescimento atualmente. A Camil possui um histórico consistente de crescimento e ampliação por meio de aquisições. Essa aquisição consiste em um passo importante para a diversificação das operações da Companhia no Uruguai, vindo ao encontro dos objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de marcas e ativos no setor de alimentos na América Latina. O preço da aquisição da operação totalizou US\$29.500 mil dólares norte-americanos, equivalente a R\$151.472 na data da transação. O fechamento da operação e, conseqüente transferência de controle, ocorreu em 01 de março de 2022. A composição da contraprestação e a identificação do valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos, estão demonstrados abaixo:

Total da contraprestação	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Total da contraprestação	151.472	151.472	151.472	151.472
A Companhia concluiu o trabalho de mensuração das mais e menos-valias dos intangíveis que compõem o negócio adquirido, bem como a determinação do goodwill. A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial conforme laudo:				
Em 01/03/2022	Valor contábil	Mais-valia	Valor justo	
Ativo				
Ativo circulante	3.223	-	3.223	
Caixa e equivalentes de caixa	7.970	-	7.970	
Contas a receber	21.471	-	21.471	
Estoques	21.300	-	21.300	
Imobilizado (nota explicativa 10)	19.132	1.953	21.085	
Intangível (nota explicativa 11)	-	48.016	48.016	
Investimentos	4.434	-	4.434	
Passivo	77.530	49.969	127.499	
Passivo circulante	7.241	-	7.241	
Ativos líquidos	7.241	-	7.241	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	70.289	49.969	120.258	
(- nota explicativa 12)	-	-	31.214	
Total contraprestação	70.289	49.969	151.472	

b) **Aquisição de negócios - CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda., CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da linha Toddy para cookies:** Em 24 de agosto de 2022, a Companhia celebrou com a PepsiCo, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ativos ("Contrato") para a aquisição da totalidade das quotas de emissão da CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (em conjunto, denominado "Aquisição Mabel"). As empresas adquiridas fabricam os biscoitos da marca principal "Mabel", além das marcas "Doce Vida", "Mirabêl", "Elbi's" e "Pavesino". Em conjunto com esta aquisição, a transação também estabelece pelo prazo de 10 anos, renováveis por mais 10 anos, o licenciamento pela PepsiCo para a Camil, a marca "Toddy" para cookies, assim como a aquisição dos ativos que compõem a linha de produção da marca "Toddy" para cookies. A Mabel é uma das marcas de biscoitos mais tradicionais e renomadas do Brasil, com liderança de vendas em rosquinhas no país e a marca Toddy está entre as mais representativas em vendas de cookies no Brasil. Além das marcas principais Doce Vida, Mirabêl, Elbi's e Pavesino, a aquisição também atua com um portfólio de marcas para atender às demandas de preços de diferentes nichos de consumidores. A aquisição reforça a estratégia de expansão geográfica para crescimento da Camil em regiões complementares às operações atuais, bem como inclui no portfólio produtos de alto valor agregado, com sinergias atreladas ao modelo de negócios de cross-selling e ganhos de escala da Camil, assim como pela complementariedade com os negócios de massas recém-adquiridos pela Companhia. A aquisição da Mabel ocorreu em 1º de novembro de 2022, quando todas as condições precedentes no contrato foram cumpridas. A contraprestação assumida pela Camil Alimentos foi de R\$176.769, sujeito aos ajustes de preços previstos no Contrato, as quais, encontram-se em discussão até a data da elaboração dessas demonstrações financeiras. A Administração adotou o balanço de 31 de outubro de 2022 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos e a conseqüente mensuração preliminar do deságio/ganho por compra vantajosa, estão demonstrados a seguir:

Total da contraprestação	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Total da contraprestação	176.769	176.769	176.769	176.769
A Companhia está em fase de mensuração das mais e menos-valias decorrentes da combinação de negócios, bem como da apuração do valor, em fase preliminar, do ganho por compra vantajosa apurado nesta transação. A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial na data da aquisição, o qual está sendo realizado por empresa especializada e independente contratada para assessorar a Administração na determinação do valor justo dos ativos e passivos assumidos, bem como para a determinação do valor que se estima representar o ganho por compra vantajosa (deságio).				
Em 31/10/2022	Valor contábil	Mais-valia	Valor justo (preliminar)	
Ativo				
Ativo circulante	51.276	-	51.276	
Ativo não circulante	28.660	-	28.660	
Caixa e equivalentes de caixa	5.751	-	5.751	
Contas a receber	32.773	-	32.773	
Estoques	35.666	2.433	38.099	
Imobilizado (nota explicativa 10)	208.146	63.223	271.369	
Imobilizado - Linha de produção Toddy	8.800	3.989	12.789	
Intangível (nota explicativa 11)	7.871	78.273	86.144	
Ativo de indenização	-	301.936	301.936	
	371.443	449.854	821.297	
Passivo				
Passivo circulante	72.664	-	72.664	
Passivo não circulante	71.648	-	71.648	
Provisão para riscos	6.905	293.031	301.936	
	153.217	293.031	446.248	
Ativos líquidos	218.226	156.823	375.049	
Total da contraprestação	-	-	(176.769)	
Compra vantajosa	-	-	198.280	

Como ocorre nas circunstâncias de apuração de um ganho com aquisição de um negócio, a Administração apurou um valor preliminar de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes conforme período de mensuração previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3. O resultado da compra vantajosa decorrente desta aquisição, no valor de R\$ 198.280, foi reconhecido na linha Outras receitas operacionais; também foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferidos, no valor de R\$ 67.415, sobre esse montante. Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Mabel estão demonstrados a seguir:

Saldo em 28/02/2021	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		UGC de café		UGC de Massas		UGC de Biscoitos		Total
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	
Saldo em 28/02/2021	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	55.066	51.464	84.277	84.277	-	-	379.429
Varição cambial	1.976	-	3.602	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Aquisições	1.976	-	3.602	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.352
Baixas	(345)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(345)
Amortização	(22.911)	-	(1.175)	-	(6.558)	-	(311)	-	-	-	-	-	(30.135)
Transferência	16.255	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.255)
Aquisição de investimentos Silcom S.A. (i)	-	31.209	17.382	30.634	-	-	-	-	-	-	-	-	79.225
Aquisição de investimentos Mabel (i)	-	-	75.623	3.021	-	-	-	-	-	-	-	-	78.644
Saldo em 28/02/2022	58.569	413.459	612.242	44.594	232	-	15.769	1.144.865	-	-	-	-	380.846

(i) Conforme mencionada na nota explicativa 8 - Combinação de Negócios. O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

Saldo em 28/02/2021	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		UGC de café		UGC de Massas		UGC de Biscoitos		Total
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	
Saldo em 28/02/2021	100.961	323.377	463.753	12.959	82.483	39.470	1.749.252	-	-	-	-	-	2.048.818
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 28/02/2021	100.961	323.377	463.753	12.959									



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Diante do cenário de pandemia do COVID-19 e da guerra na Ucrânia, a Companhia, até o momento, não sofreu impacto material financeiro negativo relevante, que possa resultar em conclusões para alteração das premissas adotadas para o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos.

13. Contratos de arrendamento: A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 3 anos e da sede administrativa, com prazo remanescente de 7 anos.

a) Ativo de direito de uso

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2022	143.956	7.859	2.074	153.889
Incorporação Pastificio Santa Amalia (Nota explicativa 9)	1.903	4.638	259	6.800
Aquisições	18.051	1.301	1.321	20.673
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.243)	(409)	-	(1.652)
Atualização monetária	11.294	85	122	11.501
Amortização	(16.326)	(3.869)	(1.401)	(21.596)
Baixas	(31.073)	96	(58)	(31.035)
Saldo em 28/02/2023	126.562	9.701	2.317	138.580

Controladora

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2022	126.562	9.701	2.317	138.580
Aquisições	33.763	3.950	3.885	41.398
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.286)	(538)	-	(1.824)
Atualização monetária	12.606	360	98	13.064
Depreciação	(13.314)	(4.797)	(2.039)	(20.150)
Baixas	(8.815)	648	(394)	(8.561)
Saldo em 28/02/2023	149.516	9.324	3.667	162.507

Consolidado

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	opção de compra	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2021	152.784	7.952	4.670	2.449	167.855
Varição cambial sobre adoção inicial	(770)	(16)	(749)	(61)	(1.596)
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	2.120	4.891	-	326	7.337
Aquisições	22.546	1.306	-	12.590	36.442
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.243)	(409)	-	(185)	(1.837)
Atualização monetária	12.606	360	-	122	12.241
Depreciação	(20.102)	(4.230)	(505)	(3.633)	(28.470)
Baixas	(31.057)	96	-	(58)	(31.019)
Saldo em 28/02/2022	136.312	9.675	3.416	11.550	160.953

Máquinas e equipamentos - com opção de compra

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	opção de compra	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2022	136.312	9.675	3.416	11.550	160.953
Varição cambial	(24)	2	(86)	5	(103)
Aquisições	11.400	4.872	-	41.129	57.401
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.286)	(538)	-	(931)	(2.755)
Atualização monetária	12.606	360	-	316	13.282
Depreciação	(18.350)	(5.553)	(415)	(9.551)	(33.869)
Baixas	(9.384)	648	-	(394)	(9.130)
Saldo em 28/02/2023	131.274	9.466	2.915	42.124	185.779

b. Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo início do período	146.075	158.925
Incorporação Pastificio Santa Amalia	-	7.508
Adições de novos contratos	65.488	22.050
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	-	-
AVP reconhecido sobre adições de novos contratos	(24.090)	(1.378)
Remensuração dos contratos de arrendamento	15.422	11.787
AVP reconhecido sobre remensuração	(2.359)	(286)
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(25.128)	(25.405)
Amortização dos juros acumulados (AVP)	6.100	5.636
Baixas por alteração contratual	(10.957)	(32.762)
Saldo no final do período	170.550	146.075
Circulante	28.650	31.412
Não circulante	141.901	114.663
Saldo em 28/02/2023	170.551	146.075

A seguir o cronograma de vencimento das parcelas de arrendamentos ao valor contábil:

	Controladora	Consolidado
fev/23	11.963	4.216
fev/24	11.025	3.925
fev/25	11.312	2.555
fev/26	11.657	-
fev/27	9.800	-
Após fev/27	77.102	-
132.859	10.696	2.520

	Controladora	Consolidado
fev/24	21.836	4.982
fev/25	30.411	3.429
fev/26	9.917	886
fev/27	9.580	1.876
fev/28	5.516	-
Após fev/29	77.104	-
185.570	11.173	3.848

	Controladora	Consolidado
fev/23	14.343	4.307
fev/24	13.786	4.019
fev/25	13.164	2.653
fev/26	12.347	623
fev/27	9.800	-
Após fev/27	77.104	-
140.544	11.021	766

	Controladora	Consolidado
fev/24	14.852	5.133
fev/25	13.839	3.524
fev/26	11.469	927
fev/27	9.796	1.876
fev/28	5.740	-
Após fev/29	80.686	-
156.382	11.460	467

c) Resultado de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior a 12 meses) - nota 21	(18.281)	(10.324)
Amortização do arrendamento de aluguel - nota 21	(20.150)	(21.596)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) - nota 22	(6.099)	(5.636)
Baixas de contratos	2.395	1.725
	(42.135)	(35.831)

d) Informações complementares: Para atender ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/19, o Grupo mensurou os saldos do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento e os respectivos impactos no resultado, considerando as projeções dos fluxos de caixa sem inflação (taxa real) e descontadas a mesmas bases, possibilitando a comparabilidade dos investidores, em relação aos saldos calculados sob fluxos de caixa nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo do Ativo de direito de uso em 28/02/2023	181.150	239.906
Saldo do Passivo de arrendamento em 28/02/2023	182.919	239.517
Amortização acumulada do ativo de direito de uso	(47.819)	(63.793)
Amortização acumulada do Ativo a Valor Presente (AVP)	(1.950)	(1.191)
A Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamento, devido aos impactos da pandemia da Covid-19, sendo assim, não adotou o expediente prático sobre Deliberação CVM nº 859, de 07 de julho de 2020.		

14. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
Produtos - mercado interno	445.504	576.165
Produtos - mercado externo	52.707	41.635
Fornecedores - Convênios (I)	96.108	115.614
Serviços	24.481	10.941
Fretes a pagar	48.813	40.248
Outros fornecedores	1.178	621
668.791	785.224	1.023.498

(i) Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia possui operações de convênios no total de R\$ 96.108 (R\$115.614 em 28 de fevereiro de 2022). As transações de convênios são efetuadas junto às instituições financeiras de primeira linha e consistem na antecipação de recebíveis originados pela Companhia e executados por seus fornecedores. Com essa modalidade de transação o fornecedor consegue descontar suas duplicatas a uma taxa de desconto menor, visto que o crédito da Companhia é utilizado na avaliação de risco de inadimplência pelo Banco. A taxa de desconto utilizada é de aproximadamente 1,19% a.m., combinada com o prazo médio de 45 dias antecipados (Fev/22 - aproximadamente 0,98% a.m. e prazo médio de 45 dias antecipados).

15. Contas a pagar aquisição de investimentos

	Controladora	Consolidado
SLC Alimentos	37.154	35.699
Pastificio Santa Amalia	44.997	41.907
Silicom S.A.	82.150	77.606
164.301	155.212	155.212

(i) Valores retidos do custo de aquisição da combinação de negócios como garantia de eventuais passivos originado de fatos ocorridos antes da data da aquisição. A liberação dos fluxos de caixa para os vendedores ocorrerá de acordo com cronograma de pagamentos definido no contrato de compra e venda; (ii) Valores acordados contratualmente que deverão ser repassados aos vendedores conforme o recebimento de determinados ativos.

16. Empréstimos e financiamentos

Indexador	Taxa média anual	Controladora	Consolidado
Moeda nacional	CDI	724.053	313.071
Moeda nacional	IPCA	6.350	8.060
Moeda estrangeira (*)	USD	34.951	15.476
Moeda estrangeira (**)	CLP	-	175.278
Moeda estrangeira (**)	PEN	-	146.214

	Controladora	Consolidado
Capital de giro		
Moeda nacional	724.053	313.071
Moeda nacional	6.350	8.060
Moeda estrangeira (*)	34.951	15.476
Moeda estrangeira (**)	-	175.278
Moeda estrangeira (**)	-	146.214

(*) USD - Dólar americano; (**) CLP - Pesos chilenos; (***) PEN - Novo Sol/Peru.

a) Na controladora o FINAME de R\$ 6.365 está garantido por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (R\$16.161 em 28 de fevereiro de 2022) e o Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor de R\$ 31.930 está garantido pelo penhor cedular de pescados. b) A seguir, o histórico das emissões e pagamentos a vencer: (i) Emissão em 16 de abril de 2019 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). No dia 16 de abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A." no valor total de R\$600.000, em duas séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A., celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora ("CRA"). As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 17 de abril de 2023, no valor de R\$271.527, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019. As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 101% da taxa DI, com vencimento em 15 de abril de 2025, no valor de R\$328.473, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019. (ii) Emissão em 29 de setembro de 2020 - Debêntures: Em 29 de setembro de 2020 a Companhia emitiu debêntures, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$350.000. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures serão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da data de emissão. O primeiro pagamento foi realizado em 30 de março de 2021. (iii) Emissão em 05 de maio de 2021 - Debêntures: Em 05 de maio de 2021, a Companhia emitiu debêntures, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$600.000. O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures serão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com prazo de vigência de 3 (três) anos contados da data de emissão. O primeiro pagamento foi realizado em 05 de novembro de 2021. A 9ª Emissão de debêntures e a 10ª Emissão de debêntures têm como objetivos de investimentos e preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): Dívida líquida (Empréstimos, financiamentos, debêntures, operações de leasing com opção de compra menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras)/EBITDA (Lucro antes de impostos e recargas e despesas financeiras mais depreciação/amortização de imobilizado, intangível e ativo de direito de uso) igual ou inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos) igual ou inferior a 4,0x (quatro inteiros), após a data do vencimento dos Certificados de Recebimento do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão, qual seja, 15 de abril de 2025, ou até a liquidação antecipada integral, o que ocorrer primeiro. Até o referido vencimento ou liquidação o compromisso acima citado prevê cumprimento inferior ou igual a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos). Adicionalmente, para todas essas emissões, a Companhia poderá resgatar antecipadamente o total ou parcialmente as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas. A 11ª emissão de debêntures tem como objetivo, vinculado a Primeira Série a construção e instalação da planta de cogeração de energia elétrica a partir de biomassa, e, relacionado a Segunda Série, captação de recursos para reforço do capital de giro da Companhia. As demais emissões de debêntures são decorrentes da compra de açúcar da Companhia. Cláusulas restritivas: A Companhia monitora trimestralmente a previsibilidade de seus covenants financeiros e qualitativos e de suas contratuais. Em 28 de fevereiro de 2023, todas as empresas do Grupo estavam adimplentes com as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras, assim como sem expectativa presente de descumprimento de cláusulas restritivas na data de medição das cláusulas de covenants. A seguir é demonstrado o cálculo do indicador Dívida Líquida/EBITDA baseada nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Controladora	Consolidado
Lucros antes das receitas e despesas financeiras	685.788	636.929
(+) Depreciação/amortização	234.032	172.858
EBITDA	919.820	809.787
Dívida bruta - (Empréstimos, financiamentos e leasing)	3.982.201	3.263.730
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.239.354)	(1.630.062)
Dívida líquida	2.742.847	1.633.668
Dívida líquida/EBITDA < 3,5	2,98	2,02

Abaixo a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	2.610.060	1.872.831
Varição Cambial	(316)	390
Captações	566.544	1.379.488
Aquisição de investimentos Café Bom Dia	-	-
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	-	7.226
Transferência processo	-	(3.707)
Juros e variações monetárias	363.067	157.338
Apropriação de custos	5.411	5.345
Amortização de principal	(128.127)	(710.967)
Amortização de juros	(313.983)	(97.391)
Saldo final	3.102.656	2.610.060

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor contábil, vencem como segue:

	Controladora	Consolidado
Mar/23 a Fev/24	778.408	113.837
Mar/24 a Fev/25	904.026	377.619
Mar/25 a Fev/26	779.770	703.929
Mar/26 a Fev/27	813	779.698
Mar/27 a Fev/28	325.345	769
Após Fev/28	325.016	650.338
Custo debêntures	(10.722)	(16.130)
3.102.656	2.610.060	3.982.201

(*) As parcelas de curto prazo não estão líquidas dos custos das transações de emissão das dívidas.

17. Transações com partes relacionadas: Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas:

	Controladora	Consolidado
Ativo circulante		
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	1.067	14.338
Ciclo Logística Ltda.	4.030	3
Coligadas:		
Galofer S.A. (*)	-	6.440
Comisaco S.A.	-	6.811
Arrozur S.A.	-	362
Direito de uso:		
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda. (Mabel)	29.515	-
Outros:		
Cipa Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (Mabel)	32.000	-
Climuy S.A.	66.612	14.341
66.612	14.341	85.522

(*) Contas a receber no montante de R\$ 6.440 relacionado à venda de energia elétrica gerada pela Coligada Galofer S.A.

a) Em 27 de abril de 2021, a empresa coligada Saman firmou contrato para aquisição de 100% do capital social da empresa Climuy S.A., empresa sob controle comum. O valor de aquisição foi de R\$42.782, que foi liquidado nessa mesma data. O valor registrado na linha de adiantamentos para



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Compra vantajosa Dajahu	-	-	-	45.411
Negociação quitação Pactual	-	-	-	34.069
Adesão a Transação Excepcional - PGFN	-	-	-	26.299
Perdas com operações descontinuadas	(2.780)	-	-	(2.780)
Ajuste Crédito s/Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins	-	(1.326)	-	(1.326)
Pagamento do Auto de Infração ICMS	-	(7.450)	-	(7.450)
Baixa beneficiárias unidade Santa Cruz	-	(1.733)	-	(1.733)
Venda sede Chile	-	-	-	11.830
Compra Vantajosa Mabel	198.280	-	198.280	-
Outros	(6.524)	2.240	15.189	5.014
	191.756	(11.049)	213.469	109.334

(*) No consolidado temos o impacto de R\$ 11.392 referente ao período de dívida do Banco Rural recebido pela controlada Café Bom Dia S.A. - Em Recuperação Judicial.

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Despesas financeiras				
Juros	(354.130)	(157.747)	(389.115)	(172.625)
Juros sobre arrendamentos	(6.100)	(5.636)	(10.408)	(6.554)
Instrumentos financeiros derivativos	(123.611)	(111.596)	(123.611)	(111.596)
Varição cambial passiva	(17.009)	(21.521)	(25.394)	(21.588)
Varição monetária	(11.653)	(6.279)	(11.685)	(4.737)
Outras	(17.757)	(14.196)	(32.331)	(21.809)
	(530.267)	(316.975)	(592.544)	(345.909)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Receitas financeiras				
Juros	8.186	5.926	30.998	20.776
Descontos obtidos	2.612	2.442	2.761	2.459
Aplicações financeiras	96.820	58.779	99.710	59.127
Instrumentos financeiros derivativos	115.579	99.924	115.579	99.924
Varição cambial ativa	30.200	16.264	40.891	23.676
Varição monetária	9.658	6.866	8.724	7.589
Outras receitas com variações monetárias	-	-	1.577	3.219
Outras	263.055	190.198	301.981	218.319
	(267.205)	(126.777)	(290.563)	(127.590)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. a) Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos, em valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizará o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidos nas respectivas notas. Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	988.730	988.730	1.239.750	1.239.750
Aplicações financeiras	2	13.740	13.740	33.712	33.712
Contas a receber	2	889.276	889.276	725.515	725.515
		1.891.746	1.891.746	1.998.977	1.998.977

	Nível	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	674	674	528	528
		674	674	528	528

	Nível	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	668.791	668.791	785.224	785.224
Empréstimos e financiamentos	2	3.102.656	3.106.899	2.610.060	2.614.255
Passivo de arrendamento	2	170.551	170.551	146.075	146.075
Outras contas a pagar	2	30.941	30.941	17.057	17.057
		3.972.939	3.977.182	3.558.416	3.562.611

	Nível	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	1.225.614	1.225.614	1.596.350	1.596.350
Aplicações financeiras	2	13.740	13.740	33.712	33.712
Contas a receber	2	1.331.654	1.331.654	1.212.386	1.212.386
		2.571.008	2.571.008	2.842.448	2.842.448

	Nível	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	674	674	528	528
		674	674	528	528

	Nível	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	1.023.498	1.023.498	1.101.036	1.101.036
Empréstimos e financiamentos	2	3.982.201	3.711.551	3.263.730	3.267.925
Passivo de arrendamento	2	194.441	194.441	166.283	166.283
Outras contas a pagar	2	119.313	119.313	89.317	89.317
		5.319.453	5.048.803	4.620.366	4.624.561

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial. Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

Risco	Moeda	Quantidade de Contratos	Valor dos Instrumentos em 28/02/2023		Saldo Ativo em 28/02/2023
			Principal	de Proteção	
Importações Futuras	Dólar	360	50	18.000	637
Importações Futuras	Euro	25	50	1.250	37
Saldo em 28/02/2023		385	100	19.250	674

Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos às atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos. Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos às atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável. Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, que refletem os termos e condições usuais captados em mercado. b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas: As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em

suas operações de aplicações financeiras e contas a receber. **i. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de Rating dos valores aplicados (Notas 3 e 4):

Rating	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
AA+	-	-	137.800	285.840
AAA	-	-	3.747	-
AAA-	-	-	17.360	48
brA+1	964.166	1.236.289	993.360	1.236.289
	964.166	1.236.289	1.152.287	1.522.177

ii. Contas a receber: As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente têm obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. A Companhia e suas controladas não possuem, no período findo em 31 de agosto de 2022, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas têm políticas de monitoramento de caixa para evitar o descausamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente têm obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. **Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados:** Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são commodities agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. **Risco de mercado: i. Risco da taxa de juros:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros no mercado. Com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI, ou equivalentes nas controladas internacionais. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. **ii. Risco de taxas de câmbio:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas. c) Análise de sensibilidade: Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3). **Dívidas e aplicações financeiras:** As operações financeiras de investimento de caixa e captação atreladas a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%
Capital de Giro	Flutuação do CDI	13,65%	730.639	(99.732)	(124.665)	(149.598)
Debêntures	Flutuação do CDI	13,65%	2.309.728	(315.278)	(394.097)	(472.917)
Total			(419.336)	(524.170)	(629.005)	(622.515)
Varição (perda)				(104.834)	(209.669)	(206.669)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%
Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	13,65%	977.906	138.317	103.738	69.159
Total				138.317	103.738	69.159
Varição (perda)				(34.579)	(69.159)	(69.159)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	141.547	148.615	111.461	74.308
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/USD	5,3000	17.360	307	(4.109)	(8.526)
Total				148.923	107.352	65.781
Varição (perda)				(41.571)	(43.141)	(43.141)

Divida (variação cambial)

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%
Divida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,3000	592.768	(10.495)	(161.310)	(312.125)
Divida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,3725	146.214	(16)	(36.573)	(73.131)
Divida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	175.278	(8.753)	(54.760)	(100.768)
Total				(19.264)	(252.643)	(486.024)
Varição (perda)				(233.379)	(466.760)	(466.760)

Divida denominada em USD

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%
Divida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,3000	592.768	(10.495)	(161.310)	(312.125)

Divida denominada em PEN*

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%
Divida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,3725	146.214	(16)	(36.573)	(73.131)

Divida denominada em CLP**

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%
Divida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	175.278	(8.753)	(54.760)	(100.768)
Total				(19.264)	(252.643)	(486.024)
Varição (perda)				(233.379)	(466.760)	(466.760)

(* PEN - Novo Sol/Peru; (**) CLP - pesos Chilenos)

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa	Valor	Cenário Cenário 2 Cenário 3		
				Base	25%	50%



CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Porque é um PAA

Determinação do valor do ganho por compra vantajosa (Notas 2.2 e 9(b))

Em 1º de novembro de 2022, após cumprimento de todas as condições precedentes, a Companhia adquiriu, de forma conjunta, a totalidade das quotas de emissão das empresas CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (ambos representados por "Mabel"), e os ativos que compõem a linha de produção e o licenciamento para utilização da marca "Toddy" para cookies ("linha Toddy para cookies"). Concomitante com o processo de compra, a Companhia contratou empresa especializada e independente para assessorar a administração na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Como resultado da avaliação, apurou e contabilizou, de forma preliminar, ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 198.280 mil.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois a utilização de diferentes estimativas e premissas na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, podem alterar de forma significativa a determinação do valor da compra vantajosa com impacto no valor registrado no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição da Mabel e da linha Toddy para cookies, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição.

Efetuamos também, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para estabelecer a totalidade e integridade da base de dados, os cálculos para a alocação do preço de compra e consequente determinação do ganho por compra vantajosa.

Efetuamos também, revisão dos trabalhos da administração em relação à avaliação das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a Mabel.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios.

Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Avaliamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, por ocasião da determinação do valor do ganho por compra vantajosa, e seus correspondentes efeitos tributários, bem como efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados, no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, base para a determinação do ganho por compra vantajosa, são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 19 de maio de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 9 de maio de 2023

Renato Barbosa Postal
Contador - CRC 1SP187382/O-0

